

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA.

“Irregularidades na aquisição e distribuição de insumos e medicamentos com a perda do prazo de validade e inviabilidade para o uso e destinação final dos mesmos, comprometendo a saúde de usuários do Sistema Único de Saúde.”

ROGÉRIO CORREIA, brasileiro, casado, professor, portador do RG - SSP/MG e CPF nº, atualmente no exercício do mandato de Deputado Federal pelo PT/MG, com endereço na Câmara dos Deputados, anexo IV – gabinete 614 – Brasília (DF) e endereço eletrônico dep.rogeriocorreia@camara.leg.br; **PAULO ROBERTO SEVERO PIMENTA**, brasileiro, casado, jornalista, portador do RG:, CPF:, atualmente no exercício do mandato de Deputado Federal pelo PT/RS, com endereço na Câmara dos Deputados, anexo IV – gabinete 552 – Brasília (DF) e endereço eletrônico dep.paulopimenta@camara.leg.br, **ELVINO JOSÉ BOHN GASS** (Bohn Gass), brasileiro, casado, portador da CI nº SSP/RS e CPF nº, atualmente no exercício do mandato de Deputado Federal pelo PT/RS e líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores, com domicílio na Câmara dos Deputados – Gabinete 269 – Anexo III – Brasília – DF, endereço eletrônico dep.bohngass@camara.leg.br, **ALENCAR SANTANA BRAGA**, brasileiro, advogado, portador do RG nº– SSP/SP e CPF nº, com endereço na Câmara dos Deputados, Gabinete 239 – Anexo IV – Brasília DF, endereço eletrônico dep.alencarsantanabraga@camara.leg.br; **ROSA NEIDE SANDES DE ALMEIDA**, brasileira, professora, portadora do RG nº – SSP/MT e CPF nº, atualmente no exercício do mandato de Deputada Federal pelo PT/MT, com

endereço na Câmara dos Deputados, Gabinete 371 – Anexo III – Brasília DF, endereço eletrônico dep.professorarosaneide@camara.leg.br; **LEONARDO CUNHA DE BRITO**, brasileiro, casado, advogado e professor universitário, portador do RG SSP-AC e CPF, atualmente no exercício do mandato de Deputado Federal pelo PT/AC, com endereço funcional na Câmara dos Deputados, Anexo III – Gabinete 572 - Brasília/DF; **AFONSO BANDEIRA FLORENCE**, brasileiro, casado, professor, portador do RG nº - SSP/BA, CPF nº, atualmente no exercício do mandato de Deputado Federal pelo PT/BA, com endereço na Câmara dos Deputados – Anexo IV – Gabinete nº 305 – Brasília/DF; **ENIO JOSÉ VERRI**, brasileiro, casado, portador do RG nº, SSP/PR, CPF nº, atualmente no exercício do mandato de Deputado Federal pelo PT/PR, com endereço na Câmara dos Deputados, anexo IV, gabinete 627, Brasília/DF e endereço eletrônico dep.enioverri@camara.leg.br; **JOSÉ CARLOS BECKER DE OLIVEIRA E SILVA** (Zeca Dirceu), brasileiro, portador do RG nº– SSP/PR e CPF nº, atualmente no exercício do mandato de Deputado Federal pelo PT/PR, com endereço na Câmara dos Deputados, Gabinete 613 – Anexo IV – Brasília (DF); **RUBENS OTONI GOMIDE**, brasileiro, casado, portador do RG /SSP-GO, CPF, atualmente no exercício do mandato de Deputado Federal pelo PT/GO, com endereço na Câmara dos Deputados, Anexo IV gab. 501 – Brasília – DF; e **JOÃO SOMARIVA DANIEL**, brasileiro, casado, portador do RG nº, CPF/MF, atualmente no exercício do mandato de Deputado Federal pelo PT/SE com endereço funcional no Anexo IV – Gabinete nº 605 da Câmara dos Deputados, Brasília/DF vem, perante Vossa Excelência, denunciar **IRREGULARIDADES/ILEGALIDADES E EVENTUAL CRIME DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA** e solicitar apuração e providências em relação ao volumoso estoque de insumos e medicamentos considerados inservíveis para o uso destinado, em decorrência do vencimento do prazo de validade, que seriam utilizados para atender a pacientes acometidos por doenças graves e/ou que demandam assistência continuada, além de insumos para diagnóstico e prevenção de contaminação pelo COVID/19, em meio à maior crise de saúde por que passa o país no último século.

I – Dos Fatos

O periódico jornalístico Folha de São Paulo, em matéria publicada no dia 06 de setembro de 2021, traz a notícia do vencimento do prazo de validade de um grande estoque de medicamentos, vacinas, testes diagnósticos e outros itens que deveriam ser destinados ao

atendimento dos usuários do SUS, muitos em situação em que os mesmos significa a diferença entre a vida e a morte, redundando também em perdas para o erário público à ordem de R\$ 240 milhões.

Salta aos olhos e incredulidade, conforme informa o periódico, a manutenção de sigilo sobre as informações, após vários pedidos de informação promovidos por empresas de comunicação e mesmo requerimento de parlamentares, prática esta apontada como no mínimo inadequada pela Controladoria-Geral da União.

O periódico jornalístico informa que “procurada, a Saúde não explicou por que os produtos perderam a validade e qual o tamanho e valor do estoque que conseguiu repor nas negociações com fabricantes. Também não apresentou dados da série histórica dos estoques nem disse qual valor paga para armazenar e descartar os insumos vencidos”, o que caracteriza também o desprezo e a desatenção ao princípio da transparência, notadamente em temas tão importantes e caros para a sociedade brasileira.

Segundo a matéria são os seguintes os produtos que perderam o prazo de validade:

Produtos vencidos

CGLAB (Coordenação Geral de Laboratórios): R\$ 140,73 milhões

Mais de 2 milhões de testes RT-PCR de Covid, além de exames de dengue, zika, chikungunya, leishmaniose e diversos reagentes.

Esta perda é ainda mais expressiva diante do quadro de mais de 580 mil mortos em decorrência do COVID19, cujos testes diagnósticos, se aplicados adequadamente poderiam promover com mais eficiência o isolamento dos contaminados e diminuir a contaminação geral, poderia reduzir o número de mortos, a ocupação de leitos em hospitais públicos e privados e a redução substancial do custo do tratamento de pessoas internadas em enfermarias, e unidades de tratamento intensivo.

Vacinas: R\$ 49,59 milhões

Cerca 12 milhões de imunizantes para BCG, gripe, pólio, hepatite B, tetra viral, soros para diversas doenças, além de diluentes. Dado ainda mais preocupante dado que tal perda se dá no momento em que se observa decréscimo da taxa de cobertura vacinal no Brasil, que é

reconhecido mundialmente pelo seu programa de imunização vacinal, notadamente a logística de distribuição e cobertura desenvolvida em décadas.

Mais grave ainda é que apesar de dispor de estoques suficientes e necessários para atender à demanda, registra-se falta dos insumos nos postos de atenção à saúde.

Remédios comprados por ordem judicial: R\$ 32,99 milhões

Destacam-se os medicamentos de alto custo para doenças raras, como eculizumab (HPN) e ataluren (Distrofia Muscular de Duchenne). Atenção para o vencimento de um frasco-ampola de nusinersena, avaliado em R\$ 160 mil, e 908 frascos de eculizumab, que custaram R\$ 11,8 milhões. Tais medicamentos seriam usados em dois dos tratamentos mais caros existentes.

Medicamentos excepcionais: R\$ 17,72 milhões

Caneta de insulina e tratamentos para hepatite C, esclerose múltipla, Alzheimer, Parkinson, entre outras doenças. Note-se que o quantitativo de canetas para aplicação de insulina soma 820 mil, seriam suficientes para atender 235 mil pacientes com diabetes pelo período de um mês, somando R\$ 10 milhões.

Registre-se que o governo da Bahia teria protestado contra o atraso na entrega de medicamentos a exemplo do metotrexano, cujo uso é indicado para tratamento de alguns tipos de câncer, à ordem de 24 mil frascos-ampolas que teriam vencido sem que tivesse sido distribuídos para os postos de assistência à saúde.

Outros: R\$ 1,93 milhão

Hemoderivados, tratamentos de raiva, tuberculose e produtos de prevenção à malária

Programas de DST/Aids: R\$ 420 mil

Destaque-se que o vencimento de tais produtos ocorreram principalmente em relação kits de diagnóstico de HIV e HCV.

II – Do direito

A aquisição, armazenamento, distribuição logística e distribuição de insumos e medicamentos no âmbito do Sistema Único de Saúde deve obedecer a um sofisticado planejamento baseado em dados científicos, estatísticos e definição de prioridades objetivas e fundamentadas, sendo que se trata de atividade desenvolvida e aprimorada ao longo de décadas e reconhecido como um dos mais eficientes do mundo.

Dado o volume de pessoas atendidas pelos programas de saúde pública, notadamente àqueles usuários que não dispõem de recursos próprios para custear alternativamente diante da omissão ou ineficiência do programa governamental, bem como, as graves perdas de recursos públicos, que ganha ainda mais importância em decorrência da frágil situação fiscal do país decorrente de políticas de expressivo e desproporcional ajustes de natureza orçamentária, torna ainda mais urgente e importante a eficiência e eficácia na aplicação dos poucos recursos disponíveis.

Os modelos de planejamento e gestão na aquisição de insumos e medicamentos são desenvolvidos pelos órgãos de cooperação internacionais e disponíveis aos governos de modo geral, bem como, o próprio Estado brasileiro já tem longo histórico de desenvolvimento de tal tecnologia de conhecimento e informação, contando com a contribuição da rede de universidades e centros de pesquisa, órgãos de produção de conhecimento e planejamento do próprio Estado Federal brasileiro, bem como pela atuação dos órgãos de controle interno, CGU e externo, Tribunal de Contas da União e o próprio Ministério Público, na sua ação preventiva e mesmo na apuração de irregularidades ao longo de muitos anos.

A notícia divulgada, objeto desta representação, informa a ocorrência de fatos que evidenciam o maltrato com a assistência à saúde e com os recursos públicos, notadamente quando o atual diretor do DLOG (Departamento de Logística) da Saúde, general da reserva **Ridauto Fernandes**, teria declarado à Folha que a perda de validade de produtos “é sempre indesejável”, mas ocorre “em quase todos os ramos da atividade humana”. Ele afirmou que “não pode comentar” sobre o estoque. Tal declaração é óbvia, mas não justifica o volume e as circunstâncias que caracterizam a perda.

Não se trata apenas de perdas normais decorrentes de expressivos e complexos processos logísticos, nem tampouco com pela falta de sistemas lógicos e informatizados de controle. Trata-se de situação previsível e que o Ministério da Saúde já tem experiência e protocolos a serem adotados em situações idênticas e semelhantes, que aparentemente deixaram de ser adotadas.

Porém, beira ao escárnio a declaração do Diretor de Logística ao afirmar que “Em supermercados, todos os dias, há descarte de material por essa razão”. “Nos esforçamos para que isso não ocorra”. Comparar tais situações além de ser ofensivo ao próprio cargo e responsabilidade que tal cargo exige e requer, demonstra além do baixo grau de empatia, o desconhecimento da própria política de saúde que não pode ser sequer aventada. Em perdas de supermercado o que os gestores pretendem é aumentar a margem de lucro e, no limite, aumentar a capacidade competitiva. No caso da saúde é que está em questão é o grau de sofrimento de um ser humano e até mesmo a sua morte, bem como, a perda dos recursos públicos que implicará ainda mais custos em recursos, produtividade da sociedade e vidas.

Por seu turno, o diretor de logística anterior era o Senhor Roberto Dias, envolvido em graves denúncias e acusações de práticas de crimes na condução de aquisição de vacinas destinadas à imunização da população brasileira em decorrência do surto de COVID.

Tudo isto ocorre sob o comando de vários ministros da saúde e atualmente do Ministro Marcelo Queiroga, a quem deve ser imputada responsabilidade direta ou assessória se se comprovado que teve conhecimento dos fatos, ou que teria os elementos para adotar ações e medidas ao seu encargo.

Desta forma, comprovados os fatos articulados nesta representação, baseado na matéria veiculada pela Folha de São Paulo, se caracterizam evidências e indícios de práticas de atos de improbidade administrativa, notadamente tipificados no Art. 11, I, II, IV, da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 sem prejuízo de outras tipificações que venham a ser identificadas no curso das apurações.

III – Do pedido

Face ao exposto requer desse órgão Ministerial a imediata adoção de providências legais (administrativas ou judiciais) com vistas a evitar que mais insumos e medicamentos sejam perdidos ou que tenham seu prazo de validade comprometidos sem a devida distribuição para atender aos usuários, bem como determinar a abertura de inquérito civil para apurar as responsabilidades administrativas pelo ocorrido e, em tese, a prática de improbidade administrativa das autoridades indicadas e demais servidores públicos que tenham contribuído.

Termos em que

Pede e espera deferimento.

ROGÉRIO
CORREIA DE
MOURA
BAPTISTA

Assinado de forma
digital por ROGÉRIO
CORREIA DE MOURA
BAPTISTA
Dados: 2021.09.06
14:19:36 -03'00'

Rogério Correia

Deputado Federal – PT/MG

Paulo Pimenta

Deputado Federal – PT/RS

Elvino José Bohn Gass

Deputado Federal – PT/RS

Alencar Santana Braga

Deputado Federal – PT/SP

Rosa Neide Sandes de Almeida,

Deputado Federal – PT/MT

Leonardo Cunha de Brito

Deputado Federal – PT/AC

Afonso Bandeira Florence

Deputado Federal – PT/BA

Enio José Verri

Deputado Federal – PT/PR

José Carlos Becker de Oliveira e Silva (Zeca Dirceu)

Deputado Federal – PT/PR

RUBENS OTONI GOMIDE,

Deputado Federal – PT/GO

JOÃO SOMARIVA DANIEL

Deputado Federal – PT/SE